

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. PCD00014

DENÚNCIAS DA IMPrensa

RELACIONAMENTO MILITARES X ÍNDIAS

10/02/2001

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
GABINETE DO COMANDANTE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

1. ASSUNTO


Denúncias veiculadas pela Imprensa sobre suposto assédio sexual cometido por militares contra índias na Amazônia

2. SÍNTESE DE NOTÍCIAS NA MÍDIA

- Em 19 de abril de 2000, o jornal Correio Braziliense publicou matéria com o título "**Líderes indígenas criticam Sivam**", na qual o Exército é acusado de contribuir para a degradação de aldeias indígenas, denunciando que militares abusavam sexualmente de índias.
- O jornal BRASIL NORTE, de Boa Vista-RR, publicou em sua edição de 17 de maio de 2000 matéria aludindo ao envolvimento sexual de militares do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) localizado em Surucucu-RR, com índias ianomamis.
- Em 22 de outubro, o jornal FOLHA DE S. PAULO publicou que o Conselho Indigenista Missionário protocolou na Procuradoria da República em Roraima, na Fundação Nacional de Saúde e na Fundação Nacional do Índio, em Boa Vista, denúncia de que estaria ocorrendo abuso sexual de índias ianomamis por militares do 4º PEF, desta vez, sem citar os nomes dos militares envolvidos.
- Em 11 de novembro, o jornal O GLOBO publicou matéria sob o título "**CIMI: militares abusam de índias ianomamis**", na qual informa que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou nota acusando militares do 4º PEF de abusar sexualmente de índias ianomamis, algumas com menos de 12 anos de idade, na região de Surucucu, em Roraima.
- E finalmente, em 14 de novembro, o jornal O Diário de Cuiabá publica matéria com o título "**Comissão discute estupro de índias**", informando que a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal vai se reunir e convidar o Comandante do Exército para prestar depoimento.

3. FATOS

- Em 29 de abril de 1994, em solução de sindicância mandada instaurar pelo comandante do Comando de Fronteira de Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva para apurar o envolvimento de militares com índias, o então cabo Edirson de Oliveira Brito, do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF), localizado em Surucucu-RR, foi punido com cinco dias de prisão. Posteriormente, em 31 de outubro de 1995, por ter ingressado no comportamento mau, foi licenciado a bem da disciplina.
- Na mesma sindicância acima citada, o soldado Nilton Cadete, também do 4º PEF, foi punido com dois dias de prisão, por ter se envolvido com índias ianomamis, apesar das recomendações contrárias feitas por seu comandante. Em 1º de março de 1995, por término de tempo de serviço esse soldado foi licenciado.

- Arquivo
ISA
- Foi apurado junto ao 4º PEF que existe uma menina mestiça com aproximadamente sete anos de idade, que mora nas proximidades do pelotão e que é conhecida como " Britinha". Essa menina seria filha do ex-cabo Brito com uma índia, o qual, logo após ser licenciado das fileiras do Exército, teria tentado obter a custódia de sua filha e da índia-mãe junto a FUNAI, sem sucesso.
- 

4. INFORMAÇÕES OBTIDAS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (CMA)

1) Foram enfatizadas as normas que regulam como deve ser feito o contato entre militares e indígenas, explicitadas no Guia do Comandante de Fronteira.

2) O CMA deixou claro no subsídio remetido para a resposta ao questionamento do Jornal FOLHA DE S. PAULO, edição de 22 de outubro, **que não somente soldados convivem com comunidades indígenas:**

- a) a região de Surucucu possui a seguinte população de não-índios:

- Funai – três;
- Schahin Engenharia (obra do SIVAM) no corrente ano, entre janeiro e setembro, o efetivo médio era de 30 funcionários. Atualmente, apenas dois funcionários encontram-se em Surucucu;
- URIHI – Saúde Yanomami (organização não-governamental): 12 peões trabalhando na execução de obras.
- Pilotos da JET AIR – quatro
- Militares – 66
- Dependentes de militares – 18

b) Existe no Pelotão de Fronteira um controle sanitário dos militares desde o mês de maio. Todos que retornam da sede (Boa Vista/RR) são registrados no Livro de Exames Laboratoriais, não existindo até a presente data nenhum caso de doença venérea (DST).

c) A 1ª Brigada de Infantaria de Selva colocou à disposição das entidades que possuem funcionários naquela Região o médico e o laboratório do Pelotão Especial de Fronteira para que realizassem exames. Entretanto, não houve, até a presente data, interesse por parte das mesmas. Sendo assim, o 7º Batalhão de Infantaria de Selva desconhece que haja controle sanitário por parte daqueles órgãos.

d). É realizado, com freqüência, rodízio dos funcionários da URIHI destacados na região de Surucucu/RR, a cada 30 dias.

e) As condições de higiene nos locais destinados pelas entidades para o tratamento da saúde indígena, como sala de parto e sala de curativos, são precários. Apesar disso, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva reconhece que a URIHI está melhorando os locais, bem como o atendimento da saúde dos índios.

f) É realizado um rigoroso controle na entrada e saída dos militares do Pelotão Especial de Fronteira, sendo registrado, no Livro do Graduado de Dia, o nome dos que se ausentarem. Entretanto, é permitida a saída de, no mínimo, dois militares, já que o militar não pode se ausentar isoladamente.

g) Em recente visita do Comandante da Fronteira de Roraima/ 7º Batalhão de Infantaria de Selva às regiões de AUARIS/RR e SURUCUCU/RR, foi feito contato com lideranças indígenas e funcionários da FUNAI, os quais afirmaram que os aludidos casos de assédio sexual de militares contra índias não mais existiam.

5. CONCLUSÕES

- O volume de matérias publicadas sugere que os pretensos abusos teriam sido cometidos dolosamente por militares contra índias indefesas, recentemente.
- A mídia, particularmente a imprensa, persiste em divulgar, com estardalhaço, tais denúncias.
- As denúncias começaram após a comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, na Bahia, onde lideranças indígenas estiveram reunidas.
- As denúncias são apoiadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).
- CABE LEMBRAR, ENTRETANTO, QUE TODAS AS MATÉRIAS PUBLICADAS REPORTAM-SE A APENAS UM CASO, ENVOLVENDO O EX-CABO BRITO E O -EX-SOLDADO CADETE, QUE DATA DE 1994, MILITARES QUE FORAM PUNIDOS E NÃO MAIS PERTENCEM AO EFETIVO DO EXÉRCITO.

Brasília, DF, 18 de janeiro de 2001


Gen Bda Luiz Cesário da Silveira Filho
Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército